

## Ulysses nega-se a agir pelo presidencialismo

Apesar de o presidente Sarney esperar que Ulysses Guimarães trabalhe em favor do presidencialismo, o presidente da Assembleia Constituinte não está disposto a fazer isso. Ulysses deixou clara essa posição terça-feira à noite, numa conversa em que Carlos Sant'Anna, líder do Governo na Constituinte, pediu sua ajuda. "Basta o sr. começar a usar o telefone para muita gente hoje inclinada ao parlamentarismo votar pelo presidencialismo", sugeriu Sant'Anna a Ulysses.

No seu melhor estilo pessedista, Ulysses Guimarães coçou o queixo e murmurou um "não". Essa conversa entre o presidente da Constituinte e o líder do Governo aconteceu terça-feira à noite e nela Ulysses deixou claro que, se não é parlamentarista, também não apóia a emenda Theodoro Mendes, patrocinada pelo Palácio do Planalto e anunciadora de um Executivo democrático, com todos os poderes concentrados nas mãos do presidente. Ulysses disse que não apóia um presidencialismo que consagra o decreto-lei.

O presidente da Constituinte disse ainda que seu modelo de presidencialismo é o elaborado pelo jurista Miguel Reale Júnior e que já foi apresentado, em forma de emenda, duas vezes na Constituinte — a primeira vez por Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e agora por Manoel Moreira (PMDB-SP). Por esse modelo, o Presidente da República é auxiliado por um primeiro-ministro, que pode ser objeto de voto de desconfiança e de censura do parlamento. Por esse

regime de gabinete, o parlamento também pode ser dissolvido, desde que se mostre incapaz de votar um nome para primeiro-ministro.

Desde que foi apresentada à Comissão de Sistematização, a emenda Theodoro Mendes não agradou Ulysses. Ele critica sobretudo a concentração de poderes que o texto preconiza e acha imperdoáveis dois artigos: o que dá ao Presidente da República poderes para tomar medidas de emergência sem ouvir os outros poderes e o que o autoriza a continuar emitindo decretos-leis.

Mas, a conversa em que Carlos Sant'Anna tentou convencer Ulysses a trabalhar pelo presidencialismo não foi em vão. O presidente da Constituinte prometeu ao líder ouvir as lideranças partidárias e propor a Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, que inicie pelo "sistema de Governo" a votação do projeto de Bernardo Cabral, marcada para o dia 21 de setembro. Ulysses entende que decidir a priori o regime que vai vigorar no País a partir do próximo ano é fundamental para que se vote o restante do projeto de Constituição. Para Sant'Anna, isso é bom, porque forçará uma definição imediata dos parlamentares que estão a favor de Sarney. Ele estima que 50 votos da Comissão de Sistematização são favoráveis ao parlamentarismo.

Para o Governo sair vitorioso na votação do projeto de Constituição, Carlos Sant'Anna está apostando também na divisão dos grupos favoráveis ao parlamentarismo.

## Jogo de informações divide constituintes

O deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE) garante que a emenda parlamentarista Nelson Carneiro (PMDB-RJ) é "consensual" entre autores de outras emendas sobre parlamentarismo — ele próprio, Afonso Arinos, José Fogaça, Victor Faccioni — e que essa é a principal arma diante das pressões do Executivo. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) que esteve segunda-feira com o presidente Sarney com quem vem negociando através do ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, diz porém, que "não há consenso", e acredita que isso não ocorrerá "sem os seis anos para o atual Governo".

Nesse jogo de informações e contra-informações, já é possível detectar, o que cada liderança vem jogando. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou a um deputado ontem, em plena sessão de homenagem ao ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire: "Imagine que já estão dizendo que sou parlamentarista. Continuo sendo presidencialista".

Ulysses, na verdade, aceitaria sem problemas o parlamentarismo que propôs através do jurista Miguel Reale Júnior, em que o primeiro-ministro seria apenas um auxiliar do Presidente. Mas, sentindo que se solidifica a tendência parlamentarista em seu partido, Ulysses já não faz veementes declarações em defesa do presidencialismo. Até porque, acredita o deputado Cid Carvalho, Ulysses ainda "não se convenceu da unidade tática, apenas repete seu rotineiro movimento de aguardar, inflando se possível, na tendência do partido, para acompanhá-la. Certamente por ainda não existir consolidada tal definição, Ulysses recusou a proposta do líder do Governo, Carlos Sant'Anna de incorporar-se às fileiras do presidencialismo.

## Impasse tem diagnóstico, falta remédio

O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, que está esperando ter em mãos dados concretos capazes de apontar soluções ao impasse entre presidencialismo e parlamentarismo, para um encontro com o presidente Sarney, disse ontem ao deputado Roberto Cardoso Alves que "o diagnóstico todos nós conhecemos. Mas, é preciso, agora, indicar o melhor remédio".

Cardoso Alves advertiu Ulysses que, se não houver um trabalho intenso pelo presidencialismo, o parlamentarismo deverá ser aprovado pelo plenário da Constituinte. Sem esconder sua preocupação, o presidente do

PMDB e da Constituinte perguntou a Roberto Cardoso Alves qual a sua opção: "Sou doutrinariamente parlamentarista. Mas, nas atuais circunstâncias, defendo o ponto de vista de Sarney, pelo presidencialismo e com o fortalecimento do Poder Legislativo" — respondeu. A resposta agradou muito a Ulysses Guimarães.

### Advertência

Cardoso Alves disse ainda que, se as lideranças do PMDB e do PFL e autoridades do Governo, a começar pelo Presidente, não se empenharem pelo presidencialismo, há possibilidades de prevalecer o sistema parlamentarista, mesmo mitigado e gradual.

Ulysses Guimarães, concordando, afirmou que o parlamentarismo poderia provocar impasses e crise político-institucional, a começar pela fragilidade do quadro político-partidário.

# Governo negocia com PT e PDT

Carlos Menandro



Carlos Sant'Anna diz que o voto distrital não será problema

## PFL reunirá Executiva para definir sistema

A Executiva Nacional do PFL vai se reunir, no início da próxima semana, para definir uma posição oficial sobre o sistema de Governo a ser implantado na nova Constituição, entre outros assuntos polêmicos. A informação é do líder do PFL, José Lourenço, que defendeu ontem o fim das negociações com os parlamentaristas. «O negócio é bater chapa. Quem for a favor do Governo, vota pelo presidencialismo. Quem for contra, vota pelo parlamentarismo», disse. Lourenço anunciou ainda que começará a negociar com o PT e o PDT, ambos presidencialistas, em favor deste sistema de Governo. Adiantou que, com algumas modificações, o PFL concorda com

a emenda Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que mantém o sistema presidencialista com ampliação de poderes do Legislativo e do Judiciário e o voto proporcional.

Embora oficialmente seja esta a posição de Lourenço, ele e o presidente do partido, Marco Maciel têm sido alertados desde a semana passada sobre a fragilidade dos cálculos feitos pela liderança do Governo e pelo Palácio do Planalto, na questão do sistema de Governo. «Só um imbecil pode achar que o sistema presidencialista está vitorioso», afirmou o deputado Alcení Guerra, que chamou, no domingo de manhã, o líder José Lourenço para uma conversa em sua residência.

O Governo está disposto a abrir mão do voto distrital para obter apoio do PT e do PDT e garantir a aprovação da emenda



presidencialista do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP) na Comissão de Sistematização. As lideranças dos dois partidos pretendem discutir a questão com o líder do Governo, Carlos Sant'Anna. Antes mesmo de um encontro formal, Sant'Anna anunciou que o voto distrital não será problema «já que existe uma tendência favorável na Constituinte pelas eleições proporcionais».

Caso não fechem um acordo, os dois únicos partidos de esquerda que defendem o presidencialismo prometem votar em suas próprias emendas, apenas para marcar posição.

O PT e o PDT têm na Sistematização cinco votos que estão sendo muito disputados pelos que apóiam a emenda Theodoro Mendes e pelas diversas correntes parlamentaristas.

Além do voto distrital — questão considerada fundamental — os dois partidos pretendem negociar também a moção de censura aos ministros militares e a aprovação dos decretos-leis pelo Congresso Nacional, já que o texto da emenda do Governo não agrada.

Segundo o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, o fato de a proposta defendida pela liderança do Governo não permitir moção de censura aos ministros militares e do Gabinete Civil, «cria uma discriminação inexplicável». Em relação aos decretos-leis, explica que a alteração tem que ser apenas em relação ao estabelecimento de um prazo para a

apreciação pelo Congresso Nacional.

### Chances

Ao tomar conhecimento da disposição de conversação do PT e do PDT, o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, ficou bastante otimista. Preferindo não comentar a possibilidade de moção de censura aos ministros militares, garantiu que «voto distrital não é problema». Nos últimos dias, o líder manteve contatos com diversos parlamentares, inclusive com o deputado Prisco Viana (PMDB-BA) um dos mais fortes defensores da tese. Diante da hipótese de ganhar mais cinco votos na Sistematização, até mesmo Prisco estaria disposto a abrir mão do voto distrital.

Mesmo a concretização desse acordo não satisfará o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. Anteontem à noite, durante um encontro com o líder do Governo, ele expôs a sua preocupação com um possível racha na Constituinte, depois da votação do sistema de Governo.

Na sua opinião, se não houver uma negociação entre parlamentaristas e presidencialistas antes da votação, a vantagem de no máximo cinco votos, para qualquer uma das partes, resultará em um grave desgaste.

Mesmo com a advertência do presidente da Constituinte, o grupo que dá sustentação à emenda presidencialista do Governo não está disposto a descartar qualquer estratégia que garanta a aprovação da tese na Comissão de Sistematização. Por isso, a possibilidade de negociação com o PT e o PDT não será descartada com tanta facilidade, já que com a certeza desses cinco votos ficará mais fácil totalizar os 47 necessários para derrubar o parlamentarismo puro — ou qualquer outro — do substitutivo de Bernardo Cabral.